

VI – Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Agrícola Mista Agudo Ltda – COOPERAGUDO é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus 6.579 associados para o exercício de suas atividades, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País.

A sociedade possui na sua Matriz uma estrutura própria de recebimento, secagem, armazenagem e industrialização de cereais, representada por um complexo de armazéns, moegas, prédios e engenho de arroz, uma filial para compra e venda de insumos agrícolas, além de uma Loja Agropecuária e Supermercado.

NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES

A sociedade atua no recebimento, armazenagem, beneficiamento, industrialização e comercialização da produção dos cooperados; com destaque para o arroz, além da soja, feijão e milho, na compra em comum de insumos agrícolas, e bens de consumo, além da prestação de serviços técnicos, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos cooperados.

NOTA 03 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de pequeno e médio porte (NBC TG 1.000), atendendo a ITG 2004 específica para sociedades cooperativas e considerados ainda os aspectos específicos da Lei 5.764/71 que rege o sistema cooperativo

Trata-se de demonstrações contábeis individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, sendo também a moeda funcional, tendo sido aprovadas pela administração em 29/01/2021.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

04.01 - Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Esta prática somente não foi aplicada em relação ao reconhecimento dos encargos financeiros do contas a receber de cooperados e terceiros, sendo que este somente ocorrerá pelo regime de caixa, ou seja, por ocasião do efetivo recebimento.

04.02 – Reconhecimento das Receitas

Todas as modalidades de vendas praticadas pela Cooperativa são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal por satisfazerem os requisitos exigidos na Seção 23 da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, com exceção das vendas para entrega futura, cujo faturamento é registrado



no passivo circulante como produtos a entregar e estão reconhecidos pelo valor de venda, de modo que a margem de comercialização desses produtos e mercadorias somente será reconhecida no resultado do exercício no momento da efetiva entrega.

04.03 – Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente previsto na Seção 23 da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade não foi aplicado durante o exercício de 2020 pelo fato dos valores serem irrelevantes, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado do presente exercício.

04.04 – Créditos Tributários

Os saldos credores de Pis e Cofins decorrentes da apuração pelo regime não cumulativo são registrados no ativo circulante e não circulante e sobre parte destes créditos é mantida provisão em conta redutora para que o efeito positivo no resultado ocorra somente quando da efetiva realização, visto que sobre os mesmos recaem questionamentos e divergências de interpretações com a fiscalização da Receita Federal do Brasil.

04.05 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em consonância com a Seção 27 da NBC TG 1000 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, mesmo com a elaboração de um trabalho técnico através de empresa especializada, a administração realizou análise da recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado, onde concluiu por não ser necessário o reconhecimento de provisão para desvalorização destes ativos.

04.06 – Avaliação dos Estoques

Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Mercadorias de Revenda: custo médio móvel ponderado, despojado dos impostos recuperáveis.
- Produtos agroindustriais: custo de produção, não superior ao valor de mercado.
- Produtos agrícolas próprios e em depósito dos cooperados: valor de mercado em nível de produtor cotado em mercado ativo.

04.07 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas que possam ocorrer na realização dos créditos. Os critérios utilizados para mensuração do valor foram com base no período de seis meses após o vencimento, o final do exercício o valor da provisão totalizou R\$ 2.956.920,03, tendo sua variação aumentado em relação ao ano anterior em R\$ 70.115,00.

04.08 – Despesas Antecipadas

Valor referente aos seguros, nos quais são apropriadas mensalmente pelo regime de competência.



04.09 – Depreciação do Imobilizado

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos móveis e utensílios e equipamentos de informática com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas estimativas de vida útil e valor residual recuperável, conforme determina a Seção 17 da NBC TG 1000 aprovada pela resolução 1.255/09 do CFC.

Com relação aos veículos, máquinas e equipamentos, prédios e silos a depreciação foi calculada com base na estimativa da vida útil e valor residual recuperável com base no laudo de avaliação patrimonial.

Os encargos de depreciação registrados no exercício de 2020 totalizaram R\$ 1.478.037,90, desse valor R\$ 913.706,03 foi contabilizado nos dispêndios e R\$ 564.331,87 no custo de produção. Do total dos encargos, R\$ 201.648,99 refere-se à depreciação da parcela de ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação, e o mesmo foi revertido das respectivas reservas para compor os demais resultados abrangentes, que também compõem a conta de Sobras ou Perdas do Exercício.

04.10 – Ajuste de avaliação patrimonial

Buscando a apresentação de uma informação mais apropriada, no exercício de 2011, os bens do ativo imobilizado referente a terrenos, prédios e silos, que se apresentavam com valores inferiores ao seu valor justo, tiveram o custo atribuído com base em laudo técnico reconhecido contabilmente, conforme previsto na ITG 10 aprovada pela resolução 1.263/09 do Conselho Federal de Contabilidade, sendo o aumento registrado em contra partida da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido.

04.11 – Método de Avaliação dos Investimentos

Os investimentos da cooperativa existem basicamente junto ao Sicredi, sendo que seu saldo permanece reconhecido pelo custo histórico acrescido dos resultados capitalizados conforme informações da investida.

04.12 – Produtos em Depósito

Os produtos recebidos em depósito de produtores estão contabilizados no passivo circulante em contra partida dos estoques e mensurados a valor de mercado praticado pela cooperativa na data do balanço.

04.13 – Vendas para Entrega Futura

As operações de venda para entrega futura foram registradas no passivo circulante, devendo ser reconhecidas nas receitas somente quando da efetiva entrega, quando também serão apropriados os custos correspondentes. Nos casos em que o valor da venda se apresenta inferior ao custo do produto mantido nos estoques ou ao custo de reposição é constituída provisão da diferença.

04.14 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos e financiamentos bancários foram atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas e classificados entre o passivo circulante e não circulante de acordo com os vencimentos, ou seja, no circulante os saldos a vencer até 31/12/21 e não circulante os valores a vencer a partir do ano de 2022.

04.15 – Provisões

A Cooperativa registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

04.16 – Operações com não Cooperados

As operações com não cooperados estão contabilizadas destacadamente, de molde a permitir a apuração do resultado em separado para cada cálculo e incidência de tributos, sendo que os rendimentos das aplicações financeiras foram considerados integralmente como operação do ato não cooperativo.

04.17 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados o imposto de renda e a contribuição social unicamente sobre os resultados com não cooperados em face a não incidência sobre o resultado das operações com os cooperados.

Conforme determina a Seção 29 da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução 1.255/09 do CFC, foi ajustada a provisão de IRPJ e CSLL sobre os saldos do ajuste de avaliação patrimonial e da reserva de reavaliação. Os valores foram apurados com base na proporcionalidade das operações com não cooperados e apresentam, na data do balanço, um montante de R\$ 243.602,37 e R\$ 34.778,58, respectivamente. O registro foi realizado no passivo não circulante em contra partida de conta redutora do ajuste de avaliação patrimonial e da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

04.18 – Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizados no exercício, no montante de R\$ 78.168,21, foram registrados como custos e despesas, sendo ao final do exercício revertido o mesmo montante da reserva de assistência técnica, educacional e social para a conta Sobras ou Perdas do exercício conforme norma contábil vigente.

04.19 – Reserva de Reavaliação e Ajuste Avaliação Patrimonial

As parcelas de depreciação sobre o ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação apuradas no exercício de 2020 nos valores de R\$ 156.714,11 e R\$ 44.934,88, respectivamente, foram revertidas diretamente para a conta de Outros Resultados Abrangentes.

04.20 – Juros sobre o Capital Próprio

Apesar de permitido legalmente, a administração optou por não atribuir juros ao capital social integralizado.

04.21 – Custo dos Empréstimos

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos são registrados integralmente como despesas financeiras no resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 1000 do CFC.



NOTA 05 – DETALHAMENTO DE SALDOS

05.01 – Créditos com Cooperados

Os valores a receber de cooperados são provenientes das operações realizadas de venda da cooperativa para seus cooperados em toda a sua estrutura operacional em diferentes contas contábeis, num valor total de R\$ 4.990.070,56 classificados em circulante e não circulante nos respectivos valores de R\$ 4.171.745,31 e R\$ 818.325,25, sendo que o critério de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na NE 04.07, sendo o saldo provisionado de R\$ 1.367.356,41.

05.02 – Créditos com Terceiros

O montante de créditos a receber com terceiros, não cooperados, são proveniente da comercialização de mercadorias, bens, serviços e produtos de fabricação própria, cujo montante total de R\$ 4.573.275,83 está classificado em circulante e não circulante nos respectivos valores de R\$ 4.536.143,59 e R\$ 37.132,24, adotado o mesmo critério de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa dos cooperados e estão descritos na NE 04.07, sendo o saldo provisionado de R\$ 1.420.856,15.

05.03 – Cheques a Receber

O montante de cheques a receber de cooperados e clientes no montante de R\$ 504.116,73 é proveniente da venda a prazo de mercadorias, sendo adotado o mesmo critério de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa descrito na NE 04.07, mantendo um saldo provisionado de R\$ 166.707,47.

05.04 – Impostos a Recuperar

Contas	2020	2019
Circulante		
IRPJ saldo negativo	4.487,24	17.235,65
CSLL saldo negativo	0,00	2.123,13
ICMS a recuperar	169.572,25	24.480,60
PIS restituível	28.553,65	147.719,89
COFINS restituível	84.635,23	647.690,57
Pagamentos indevidos/a maior	12.769,49	17.256,73
Crédito Parcelamento Funrural	15.143,78	13.943,78
Retenção Pis/Cofins	23,45	
Total	315.185,09	870.450,35

O critério de reconhecimento da provisão para perda está descrito na NE 04.04.

05.05 – Outros Créditos

Contas	2020	2019
Ativo Circulante		
Cartão de crédito	392.584,38	329.917,82
Compras p/recebimento futuro	215.193,50	22.667,11
Total	607.777,88	352.584,93

05.06 – Estoques

Produtos/Mercadorias	2020	2019
Almoxarifado	337.783,58	458.755,35
Produtos Industrializados	91.029,97	240.958,23
Fumo	0,00	0,00
Insumos	1.544.937,11	657.865,35
Mercado	1.699.286,87	1.474.134,50
Ferragens	3.641.204,80	2.849.995,78
Produtos Agrícolas (*)	6.784.400,00	4.612.908,00
Total	14.098.642,33	10.294.617,21

(*) Composição do saldo	Quantidades - Sc	Valor - Sc	Valor Total
Arroz	72.182	90,00	6.496.380,00
Soja	344	137,00	47.128,00
Milho	3.248	74,00	240.352,00
Feijão	2	270,00	540,00
Total			6.784.400,00

Os critérios de atualização dos estoques estão descritos na NE 04.06.

05.07 – Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	2020	2019
Depósitos Sistema "S"	103.413,05	0,00
Ações Trabalhistas	000	18.328,51
Total	103.413,05	18.328,51

05.08 – Investimentos

Empresas	2020	2019
Capital Sicredi	120.573,52	115.571,49
Ações CRT	725,39	725,39
Cooperativas	167,80	167,80
Total	121.466,71	116.464,68

05.09 – Imobilizado e Intangível

Contas	Saldos Dez/2019	Aquisições	Transf.	Deprec.	Baixa Deprec.	Baixa Bem	Saldos Dez/2020
Veículos	1.698.182,60			-479.371,09	0,00	(16.000,00)	1.202.811,51
Moveis e Utens.	591.618,45	25.315,60	54.915,50	-202.459,29	206.512,23	(257.168,60)	418.733,89
Terrenos	3.909.999,99						3.909.999,99
Prédios	6.217.654,79		124.442,54	-240.794,02		(6.099,70)	6.095.203,61
Máquinas e Equip.	2.334.409,14	533.342,03	258.486,48	-143.667,74	0,00	(373.939,17)	2.608.630,74
Equip. Informática	211.177,58	71.836,92	-1.268,45	-92.734,40	186.161,30	(117.738,67)	257.434,28
Silos	1.459.601,51			-302.409,00	98.730,46	(5.800,00)	1.250.122,97
Consórcio	0,00						0,00
Imobil. Andamento	93.081,98	464.733,37	-436.094,07				121.721,28
Intangível	3.020,92	32.815,21	-482,00	-16.602,36			18.751,77
Total	16.518.746,96	1.128.043,13	0,00	-1.478.037,90	491.403,99	-776.746,14	15.883.410,04

05.10 – Produtos em Depósito de Cooperados

Produtos	Volumes em depósito a liquidar (sacas)	Preço Unitário (R\$)	Preço total (R\$)
Arroz	20.794	90,00	1.871.460,00
Milho	51	74,00	3.774,00
Soja	296	137,00	35.072,00
		Total	1.910.306,00

05.11 – Outras Obrigações

Contas	2020	2019
Comissões a pagar	47.266,68	89.204,05
Consignações	7.091,44	8.266,75
Seguros a pagar	48.975,29	18.473,90
Convenio Unimed/Carimed	1.689,88	0,00
Devolução de venda	6.950,30	5.740,20
Energia/Telefone a pagar	4.733,38	43.531,78
Consórcio	46.410,70	70.874,51
Recarga celular	1.022,00	0,00
Outros	48.620,00	130,00
Total	212.759,67	236.221,19

05.12 – Empréstimos e Financiamentos

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Data Vcto	Circulante	Não Circulante	Taxas Anuais
Itau	Cred. Banc.	25/10/2021	264.093,87	-	5,22+CDI
Itau	Cred. Banc.	29/10/2021	263.576,99	-	5,22+CDI
Itau	Giropre	14/03/2022	776.090,44	210.074,61	10,69
Bco do Brasil S/A	Pronaf Investim	01/11/2021	112.651,96	-	2
Bco do Brasil S/A	Finame	15/06/2024	41.693,40	84.874,93	4,5
Bco do Brasil S/A	Finame	15/06/2024	28.973,29	59.487,43	4,5
Bco do Brasil S/A	Finame	15/06/2024	30.595,94	140.903,70	4,5
Bco do Brasil S/A	Finame	15/10/2024	11.219,96	25.726,54	4,5
Bco do Brasil S/A	Finame	15/08/2024	7.955,88	17.252,28	4,5
Caixa Econ. Federal	Industrialização	23/04/2021	1.028.047,01	-	4,5
Lange Landen Brasil	Cred. Banc.	28/04/2021	23.012,94	-	10,6906
Sicredi	Cred. Banc.	14/02/2021	100.381,58	-	6,17+CDI
Sicredi	Cred. Banc.	28/03/2022	242.363,40	60.590,85	4,25
Sicredi	Cred. Banc.	22/04/2022	219.281,16	73.093,72	4,25
TOTAL			3.149.937,82	672.004,06	

05.13 – Provisões e Passivos Contingentes

Considerando as incertezas a respeito de valores e prazos de obrigações existentes, em base estimativa foram constituídas as provisões a seguir demonstradas, as quais levaram em consideração os prognósticos dos assessores jurídicos nos casos em que existem demandas judiciais.

Provisões	Saldos 2019	Complemento	Baixas	Saldos 2020
Contingência trabalhista	1.529.283,79	38.000,00	1.529.283,79	38.000,00
IR e CS s/ reavaliação	26.012,00	8.766,58	0,00	34.778,58
IR e CS s/ AAP	157.990,30	85.612,07	0,00	243.602,37
Total	1.713.286,09	132.378,65	1.529.283,79	316.380,95

As provisões registradas na contabilidade são referentes a:

05.13 a – A provisão trabalhista no valor de R\$ 38.000,00 é para atender 2 (duas) demandas trabalhistas, cujos valores são suficientes para atender eventuais perdas.

05.13 b - Provisão para IR e CS, proporcional às operações com terceiros, sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação, os registros foram realizados em conta redutora do patrimônio líquido e em contrapartida no passivo não circulante.

05.14 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Base de Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social 12/2020			
Descrição		Base CS	Base IR
Resultado contábil		3.654.412,12	3.619.173,69
Adições:	17,02%	165.122,14	200.360,57
Brindes Doados		67.390,54	67.390,54
Provisões indedutíveis		7.335,61	7.335,61
Contribuição social		-	35.238,43
Realização reserva reavaliação		6.614,41	6.614,41
Realização Avaliação Patrimonial		23.068,32	23.068,32
Realização Reserva Desenv. Econ.		60.713,26	60.713,26
Exclusões:		3.427.996,15	3.427.996,15
Resultados oper. associados		3.427.996,15	3.427.996,15
Reversão de Provisão		-	-
Base de cálculo		391.538,11	391.538,11
Valor da CS e do IR acumulado		35.238,43	58.730,71
Adicional 10%		-	15.153,81
Estimativa 2020		-	-
Retenção na Fonte		-	1.305,71
Saldos a pagar		35.238,43	72.578,81

05.15 – Resultado Financeiro

	2020	2019
Receitas Financeiras:	572.922,77	600.701,37
- Juros ativos	182.766,41	249.220,03
- Rendimentos de aplicações financeiras	5.780,19	24.407,40
- Descontos obtidos	384.376,17	327.073,94

Despesas Financeiras:	879.776,97	762.121,21
- Juros s/Financiamentos	360.168,59	312.661,74
- Juros passivos	172.602,95	158.144,46
- Descontos concedidos	84.272,88	45.904,50
- Taxas c/cartões débito/crédito	224.635,41	202.818,69
- Despesas bancárias	38.097,14	42.591,82
Resultado Financeiro	-306.854,20	-161.419,84

NOTA 06 - OUTRAS INFORMAÇÕES

06.01 – Natureza e Finalidade dos Fundos e Reservas

a) RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é indivisível entre os cooperados, sendo constituída com o mínimo de 35% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se para cobertura de perdas com associados ou terceiros, sendo destinada no exercício o montante de R\$ 1.405.797,21. O saldo remanescente no encerramento do exercício é de R\$ 7.043.975,86.

b) FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL

Este Fundo também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros mais 10% das sobras líquidas de cada exercício e destina-se para cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos cooperados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa, sendo usado no exercício o montante de R\$ 78.168,21 e sendo destinado pelo resultado o montante de R\$ 622.653,45. O saldo remanescente no encerramento do exercício é de R\$ 811.572,44.

c) FUNDO DE EXPANSÃO

A reserva de Expansão é destinada á ampliação de setores operacionais, podendo ser aplicado em imobilizações, investimentos ou na cobertura de despesas atinentes, sendo constituída de 20% das sobras líquidas apuradas no exercício, sendo usado no exercício o montante de R\$ 412.454,18 e destinado ao fundo o montante de R\$ 803.312,69 pelas sobras apuradas, ficando um saldo remanescente no exercício de R\$ 2.558.911,90.

d) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A Reserva de Reavaliação foi constituída em 2004, mediante a reavaliação patrimonial, a qual vem sendo revertida anualmente na mesma proporção das depreciações e baixa de bens. Em 2012 foi constituída a provisão de IRPJ e CSLL pela sua realização, nos termos da Seção 29 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, figurando na conta de reserva de reavaliação o saldo líquido de R\$ 816.636,02.

e) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial registrada no patrimônio líquido da cooperativa, que fora constituída no ano de 2011 resultantes do acréscimo proveniente do custo atribuído, mantém um saldo líquido na data do balanço de R\$ 5.720.027,96.

06.02 – Capital Social

O Capital Social Integralizado está representado pela participação de 6.579 associados, atingindo um montante de R\$ 3.744.125,48.

06.03 – Seguros

A Cooperativa mantém seguros de seus bens patrimoniais como prédios, depósitos, silos, secadores e veículos, sendo que política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área.

06.04 – Avais

A Cooperativa não possui avais concedidos em favor do quadro social ou de terceiros.

NOTA 07 – ANÁLISE DE RISCOS

07.01 – Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa.

As principais obrigações da cooperativa concentram-se, em ordem de relevância, com Cooperados, agentes financeiros e fornecedores de mercadorias e serviços.

O gerenciamento do risco de liquidez é de responsabilidade da administração, que delibera pela realização de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos sócios.

Na data base das demonstrações contábeis o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,37 e 1,29 respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo, sendo objetivo da administração alcançar melhores índices de liquidez e gerar melhores resultados.

07.02 – Risco de variação cambial

Na data do balanço não existia qualquer ativo ou passivo com vinculação a moeda estrangeira, portanto, sem qualquer risco de variação cambial.

07.03 – Risco de Crédito ou de Concentração

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, normalmente denominados instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros, que potencialmente poderiam sujeitar a Cooperativa a risco de crédito ou de concentração, referem-se, especialmente, a créditos com clientes e com cooperados, não havendo saldos individuais considerados relevantes ao ponto de oferecer algum risco significativo.

A cooperativa adota política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e também de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência.



As regras de limite de crédito são estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, a quem também compete deliberar sobre situações individuais e eventuais em que o crédito precisa ser estendido além do limite normal previamente estabelecido.

07.04 – Riscos de Variações de Preços:

A posição de saldos indexados em físico de produto na data do balanço, registrados contabilmente, sujeitos a variações de preços era a seguinte:

Natureza	Arroz	Milho
Créditos Registrados no Ativo	72.182	3.248
<i>Estoques existentes</i>	72.182	3.248
<i>Créditos em Físico</i>	-	-
(-) Contratos Futuros	0	0
(-) Saldo de produtos a Liquidar	20.794	51
Saldo em Físico – Exposição	51.388	3.197

OBS: saldos demonstrados em sacas.

NOTA 08 – EVENTO SUBSEQUENTE

Entre a data de encerramento do exercício social e a data de fechamento e montagem das demonstrações contábeis (29 de Janeiro de 2021) não ocorreram eventos que pudessem afetar a análise das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, tomadas em seu conjunto.

NOTA 09 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

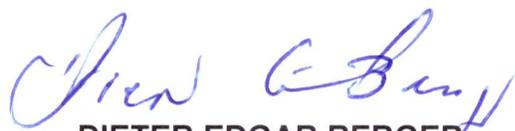
Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa.

NOTA 10 – PANDEMIA COVID-19

Em decorrência da pandemia do COVID-19, a Cooperativa vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde visando minimizar os impactos dela decorrentes, especialmente preservando a saúde e os empregos das pessoas.

No que se refere aos negócios, foi possível dar sequência com todas as suas atividades, viu seu faturamento crescer em decorrência do comportamento de alta nos preços dos produtos agrícolas (Arroz), as margens de comercialização melhoradas, os gastos operacionais controlados e os resultados projetados alcançados.

Agudo/RS, 31 de Dezembro de 2020.


DIETER EDGAR BERGER
PRESIDENTE
CPF 210.636.560-87


JAQUELINE HINTZ HOPPE
CONTADORA CRC/RS 064087/O-1
CPF 641.898.300-97